



METAMORFOSE URBANA: MANAUS DA CIVILIZAÇÃO DE PALHA À METRÓPOLE INDUTORA DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA

Marcos Castro de Lima ¹
Isaque dos Santos Sousa ²
Suzane Patrícia Melo de Lima ³

RESUMO

Este trabalho faz uma abordagem sobre as transformações ocorridas na maior metrópole da Amazônia Brasileira, Manaus, buscando entender os processos que permitiram sua atual realidade como a metrópole que exerce influência sobre uma região metropolitana de dimensões superlativas, a Região Metropolitana de Manaus (RMM), bem como núcleo urbano que se destacou e ao mesmo tempo, por sua importância e condição de metrópole, se distanciou dos demais núcleos urbanos da rede urbana, ao mesmo tempo em que os comanda. Da fortaleza de São José, fundada em 1669, à metrópole contemporânea, os caminhos de sua construção política, econômica, cultural, social e geográfica, apresentam estruturas que permitem identificar as temporalidades, contradições e a produção da espacialidade urbano-metropolitana da metrópole atual. Da “cidade de palha”, passando pela “Paris dos Trópicos” e pela “cidade da Zona Franca”, o estabelecimento da Manaus contemporânea como metrópole permite a reflexão dos processos locais e globais que envolvem a compreensão do contexto amazônico, da Geografia, de forma geral e da Geografia Urbana, de forma específica.

Palavras-chave: Manaus, Metrópole, Região Metropolitana, Metropolização.

RESUMEN

Este trabajo aborda las transformaciones ocurridas en la metrópoli más grande de la Amazonía Brasileña, Manaus, buscando comprender los procesos que permitieron su realidad actual como la metrópoli que incide en una región metropolitana de dimensiones superlativas, la Región Metropolitana de Manaus (RMM), así como un centro urbano que se destacó y, al mismo tiempo, por su importancia y condición de metrópoli, se distanció de los demás núcleos urbanos del entramado urbano, al mismo tiempo que los comanda. Desde la fortaleza de São José, fundada en 1666, hasta la metrópoli contemporánea, los caminos de su construcción política, económica, cultural, social y geográfica presentan estructuras que permiten identificar las temporalidades,

¹ Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEOG da Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Membro do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR e do Grupo de Pesquisa Amazônia Ambiente e Cultura, castrolmar1@email.com;

² Professor da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Membro do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR. Docente do Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos/Profágua/UEA, isousa@uea.edu.br;

³ Professora da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Membro do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEOG da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, splima@uea.edu.br splima@uea.edu.br;



contradicções y producci3n de la espacialidad urbano-metropolitana de la metr3poli actual. Desde la “ciudad de paja”, pasando por la “París de los Tr3picos” y la “Ciudad de la Zona Franca”, el establecimiento de la Manaus contempor3nea como metr3poli permite la reflexi3n de procesos locales y globales que involucran la compresi3n del contexto amaz3nico, de Geografía, de forma general y de Geografía Urbana, de manera específica.

Palabras clave: Manaus, Metr3polis, Regi3n Metropolitana, Metropolizaci3n.

INTRODUÇÃO

De que forma uma pequena vila surgida a partir da fortaleza construída em 1669⁴ para garantir e proteger o território até então pertencente juridicamente à Espanha viria a ser tornar a maior metr3pole amaz3nica? Quais os processos que fizeram com que essa metr3pole amaz3nica, diferentemente das metr3poles brasileiras e até mesmo da metr3pole da Amaz3nia Oriental, Belém, fosse produzida para dentro de si mesma, sem maiores níveis de articulaç3o com os demais núcleos urbanos? E as polítimas do Estado Brasileiro, bem como o contexto internacional, no que se refere à produç3o? De que forma contribuíram para transformar essa vila em uma metr3pole e indutora de um processo de metropolizaç3o singular??

Tais questionamentos ser3o analisados neste trabalho, que também mostrar3 o processo de consolidaç3o de Manaus nos cen3rios regional e nacional a partir dos contextos do perío do de maior exportaç3o da borracha, quando a vila coberta de palha é substituída pela cidade cujo modelo era o europeu, impondo novos hábitos, novas formas de construir, novas normas de produç3o do espaço urbano, estabelecendo, portanto, novas espacialidades, que negavam as espacialidades pretéritas da vila buc3lica. Da mesma forma, após a decadência gumífera e com a crise urbana de exportaç3o da borracha amaz3nica, os modelos de integraç3o nacional consolidados com os governos militares, vieram trazer outras transformaç3es, vinculadas agora à inserç3o de países periféricos na produç3o mundial como receptores de indústrias filiais de multinacionais, visto que oferecia condiç3es atrativas para tal como mão-de-obra barata, infraestrutura e incentivos fiscais.

No contexto da Amaz3nia Ocidental isto veio se articular às pretens3es do paradigma militar desenvolvimentista de desenvolver e integrar a regi3o, resultando na



institucionalização de uma política de incentivos fiscais, a Zona Franca de Manaus, que como o próprio termo já diz, se restringiu mesmo à capital amazonense, ampliando os processos de concentração e centralização naquela que, já desde os tempos da borracha, se constituía no principal núcleo urbano da Amazônia Ocidental.

Por fim, o contexto contemporâneo, da já consolidada metrópole, que no censo de 2000 do IBGE já mostrava uma população superior à de sua congênere paraense, com o maior PIB regional e também a maior mancha urbana não conurbada. Esta realidade, contudo, até o ano de 2007, não era composta pela existência de uma região metropolitana. Havia a metrópole e os demais núcleos urbanos, sendo que esta realidade mudou a partir deste ano com a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus.

Assim, este trabalho apresenta as condições que levaram Manaus à condição de metrópole e à posterior inserção como o núcleo principal de uma região metropolitana de dimensões territoriais superlativas, indo da cidade que mostrava uma *civilização de palha* à maior metrópole da Amazônia Brasileira.

METODOLOGIA

Como instrumentos para a realização desta análise, foi realizado levantamento bibliográfico e documental sobre Manaus, com vistas à construção analítica dos processos abordados. Foi também utilizado material cartográfico e iconográfico, que permitiu o entendimento das paisagens pretéritas e do contexto socioespacial. Por fim, foram realizadas idas a campo para entender as estruturas formadoras tanto da cidade pretérita quanto da metrópole contemporânea, por meio das formas espaciais que revelam distintas temporalidades.

Dessa forma, esta análise parte de uma perspectiva estrutural de análise da realidade socioespacial urbano-metropolitana, cujo foco é o entendimento das estruturas que, combinadas, permitem o entendimento dos fenômenos e processos, dentre os quais o de metropolização, que se dão no âmbito da produção do espaço geográfico (SANTOS, 2008). As dimensões política, jurídica, econômica e ideológica, combinadas, permitem análise mais profunda dos fenômenos e processos geográficos, neste caso específico, procurando entender o destaque do núcleo urbano de Manaus e sua posterior condição de



metrópole e indutora do processo de metropolização singular no contexto amazônico. Cabe ressaltar a importância do discurso que evoca o moderno e global para se entender o processo de metropolização do espaço, bem como os novos modos de vida e consumo, conforme sustenta Lencioni (2003; 2006; 2013).

REFERENCIAL TEÓRICO

A Amazônia Ocidental teve a produção de uma rede urbana distinta, caracterizada por núcleos urbanos dispersos e grande concentração na capital Manaus, conforme analisado por Lima (2014) que de antiga Vila da Barra do Rio Negro se tornou a metrópole da região. Na verdade, uma metrópole cuja influência se estendia (e estende) por toda a porção ocidental da região Amazônica no Brasil, mas que a realidade dos espaços metropolizados para além de sua própria unidade territorial municipal, pouco se verificavam em sua expressão espacial, o que lhe conferiu a singularidade de se constituir uma metrópole sem região metropolitana, pelo menos no que se refere às análises clássicas sobre as regiões metropolitanas no Brasil, visto que na dimensão jurídica ela constitui região metropolitana desde maio de 2007.

Se a Região Metropolitana de Manaus, portanto, é um fato relativamente recente se comparado às primeiras da década de 1970, juridicamente legitimado e com forte discurso no que se refere a esta legitimação de ser metropolitana, a metrópole e sua condição de ser metrópole é bem mais antiga, com um processo histórico de sua produção vinculado, ainda que de forma diferenciada, à dinâmica da formação do Estado Brasileiro na fronteira norte deste país, desde os tempos coloniais. Por outro lado, se a construção da fortaleza de São José do Rio Negro, que deu origem à futura capital amazonense em 1669 se deu em virtude do processo de ocupação portuguesa em terras espanholas, e posteriormente garantindo a fronteira norte e oeste do que viria a ser o Brasil, foi um processo que teve uma dinâmica de formação socioespacial e econômica à parte do processo que ocorria no Sudeste, no Sul e no Nordeste do Brasil.

A Amazônia Ocidental teve realidade urbana distinta da Amazônia Oriental, caracterizada por núcleos urbanos dispersos e grande concentração na capital Manaus, conforme analisado por Lima (2014) que de antiga Vila da Barra do Rio Negro se tornou a metrópole da região. Na verdade, uma metrópole cuja influência se estendia (e estende)



por toda a porção ocidental da região Amazônica no Brasil, mas que a realidade dos espaços metropolizados, para além de sua própria unidade territorial municipal, pouco se verificavam em sua expressão espacial, o que lhe conferiu a singularidade de se constituir uma metrópole sem região metropolitana, pelo menos no que se refere às análises clássicas sobre as regiões metropolitanas no Brasil, visto que na dimensão jurídica ela constitui região metropolitana desde maio de 2007.

Manaus, uma metrópole que faz parte e comanda atualmente uma região metropolitana de dimensões superlativas, constitui também o *locus* de mais de 400 indústrias que variam de motocicletas (a Moto Honda da Amazônia, localizada no PIM⁵, é a maior produtora de motocicletas do mundo) a eletroeletrônicos, concentrando um expressivo polo industrial incentivado pelo Estado Brasileiro, fruto de uma época em que o paradigma era o desenvolvimento da Amazônia via ocupação do território e políticas de incentivos fiscais que moldaram a realidade urbana atual da parte ocidental dessa região, acentuando um contexto de urbanização desigual, com a capital amazonense reunindo mais da metade da população do estado e concentrando os impostos federais e estaduais, o capital, e todas as demais dimensões estruturais urbanas.

Mas o entendimento dessa dimensão superlativa da metrópole em relação às demais cidades do Amazonas e de sua região metropolitana, que como foi criada em bases que não correspondem totalmente à realidade das regiões metropolitanas clássicas do Brasil, perpassa às políticas de incentivo e ocupação por parte do Estado Brasileiro nos anos 1960-70, conforme análises já realizadas por Sousa (2013) e Lima (2011 e 2014). Ela é bem anterior e remonta ao período em que a borracha amazônica foi valorizada pela necessidade de produção de pneumáticos e demais produtos vinculados à borracha, num contexto maior de produção, reprodução e acumulação do capital que ocorria em escala internacional. Manaus foi nessa época a expressão de tais necessidades, bem como uma base territorial amazônica para a reprodução do capital internacional, muito embora deva-se salientar que a própria Amazônia Ocidental, pelo menos em termos significativos, não foi beneficiada pelo processo de acumulação desse capital. Mas a capital amazonense, em sua expressão espacial, passou por profundas mudanças no que se refere à produção de seu espaço.

⁵

Polo Industrial de Manaus.



Com a construção da Fortaleza de São José, em 1669 por mão-de-obra indígena, formou-se um núcleo que posteriormente foi denominado de Lugar da Barra (origem de Manaus), formado por casas de palha. Segundo o historiador amazonense José Ribamar Bessa Freire [1987, p. 58]:

Com um pouco mais de um século de vida, o Lugar da Barra continuava constituído por casas de palha e uma população reduzida de 220 índios, 34 brancos e dois negros escravos, segundo levantamento feito pelo ouvidor Sampaio (1778). (...) Durante nove anos o Lugar da barra foi sede da Capitania do Rio Negro (1791-1799), voltando a recuperar esse status em 1808, sem que isso houvesse alterado o seu traçado e a sua paisagem.

O autor descreve ainda as condições socioespaciais dessa “cidade de palha”, de forma a mostrar um lugar bucólico e desprovido de condições que lhe permitissem ser classificada para além de um povoado, um aglomerado de moradias precárias, cujo traçado era a expressão da pouca importância que possuía, conforme mostram as figuras 03 e 04, dois desenhos representando a Vila da barra e seu traçado. Dessa forma:

No início do século passado (século XIX), suas casas de beirais escondidos, mesmo aquelas de melhor aparência, possuíam janelas de urupema, isto é, guarnecidas de peneira. As ruelas e becos eram passagens estreitas, escuras, tortuosas, desniveladas e esburacadas, cobertas pelo matagal, onde até o gado e os porcos tinham dificuldade de se locomover. Elas não conduziam em seu traçado irregular a nenhum lugar. Não existia comércio, bares, associações ou qualquer outro tipo de vida social, levando o estudioso Mário Ypiranga Monteiro a concluir que a Barra “não teve a rua como elemento civilizador” [Idem].

Esse aspecto que se poderia até considerar aterrador de acordo com a descrição de Freire sobre a Barra, mesmo já no início da segunda metade do século XIX, quando da visita dos Agassiz (1853) à já então Manaus (nome pelo qual passou a ser chamada quando de sua elevação à categoria de vila em 1832) a realidade não havia mudado muito. A rua, como entendia Mário Ypiranga Monteiro, era o elemento que permitia a circulação, o acesso, o traçado que revelava o moderno, o “civilizado”, não existia na Manaus dessa época. As mudanças vieram mesmo com a valorização de um produto regional muito importante à indústria mundial da época: a borracha.

José Coelho da Gama Abreu, o Barão de Marajó, em publicação de 1895 faz uma descrição de Manaus utilizando dois outros autores. O primeiro deles é António Ladislau Monteiro Baena, militar e historiador português que publicou o “*Ensaio Corographico*



da *provincia do Pará*” no ano de 1839, em que faz descrição de Manaus (então Manáos) citada pelo Barão em seu trabalho. Segundo a descrição:

Das casas que este logar tem no seu ambito, o maior numero tem cobertura tecida de ramage: e com a mesma se acham telhados o Palacio dos antigos governadores, a Provedoria, o Quartel e os edificios de uma pequena ribeira de construcções de canôas e batellões (...) Tudo isto forma onze pequenas ruas e uma praça. Há duas igrejas, uma pequenina, e outra que é a Matriz, cujo orago é Nossa Senhora da Conceição (...) A população consta de 347 homens brancos, 327 mulheres brancas, 415 mamelucos, 450 mamelucas, 797 homens baços, 1:042 mulheres da mesma raça, 215 escravos, 164 escravas, 225 mestiços e 206 mulheres d'esta casta: todos os numeros de gente livre assommam a 3:809 e os dos escravos a 379 [Baena *apud* Marajó, 1992, p. 392].

A descrição feita por Baena permite aferir o que o historiador amazonense José Ribamar Bessa Freire denomina, com certa dose de razão e sarcasmo, de “civilização de palha”, especialmente no que se refere à cobertura das construções, o que na citação acima Baena vai chamar de ramage. A Manaus, ou Manáos das primeiras décadas do século XIX era um pequeno aglomerado bucólico com aquelas onze pequenas ruas e uma praça, que tinha nas coberturas de palha a expressão de sua inserção ao meio circundante de onde a palha era retirada. Em outras palavras, a vila pouco se diferenciava do seu entorno, ou seja, do meio natural.

Quanto à população, os números permitem constatar que a política pombalina de miscigenação instituída no século anterior havia dado resultados quando se afere à quantidade de pessoas oriundas desse processo. Se comparada à citação anterior de Freire, que faz referência ao ano de 1778 onde se tinha apenas 34 brancos, 220 indígenas e dois negros, percebe-se que a cidade de palha no século XIX, anterior ao ciclo da borracha, já possuía população significativamente miscigenada, embora houvesse também brancos e indígenas não misturados.

O Barão de Marajó vai citar ainda em sua descrição da capital amazonense uma publicação que sobre ela foi produzida em Chicago no ano de 1893 pelo delegado amazonense Lauro Bettencourt. A notícia, diferentemente das descrições feitas por Baena em 1839, já apresentava as características da cidade produzida no período da farta exportação da borracha em que:

As casas de Manáos são construídas com tijollo ou com pedra, e cobertas com telhas de barro. As paredes e os soalhos são das mais bellas madeiras nacionaes, e com ellas são também construídas as



portas e as janellas. Entre os monumentos publicos que adornam a cidade notam-se, o Palacio do Governo, o Thesouro, o Lyceu, a Thesouraria Federal, as Igrejas da Conceição, Remedios, S. Sebastião, o Hospital militar, o Hospital da misericordia, o Instituto de Educandas, o Instituto Benjamim Constant, os Armazens do Estado, o Mercado Publico, o quartel de Artilheria, e o novo Deposito e mais construcções para o fornecimento de água à capital [Idem].

Ainda no conjunto de citações feitas pelo Barão de Marajó a partir do noticiário publicado em Chicago no ano de 1893 constam os projetos de construção de um novo Palácio do Governo, do Fórum, além de jardins e pontes. Acrescente-se a isto ainda a existência da Biblioteca Pública. O panorama apresentado já é aquele da *Belle Époque*, amazonense, da *Paris dos Trópicos*, de uma cidade produzida a partir do contexto de exportação da borracha, onde não havia mais, pelo menos em sua área mais dinâmica, a cidade de palha.

José Coelho da Gama Abreu encerra suas descrições sobre a Manaus de sua época, ano de 1895, em que a opulência de um efêmero esplendor, quase inebriante, de uma cidade que tentava reproduzir os ares europeus nos trópicos de forma a mostrar a evolução urbanística pela qual havia passado, e traçando para ela um futuro, que se não poderia ser profético pelo menos foi um prognóstico que hoje se pode considerar acertado. Assim. Conforme suas palavras finais da descrição:

Compare o leitor estas breves notas sobre o Manáos de hoje com as de Baena, recorde-se do que já atraz disse sobre as rendas d'este Estado, e reconhecerá que a pequena villa da Barra, apenas transformada em capital de Estado em 1852, que apenas tinha em 1867 seis mil habitantes, e a Província uma renda de cerca de 200 contos, e hoje conta com 20 mil habitantes, uma renda estadual de 6 mil contos, tem caminhado e crescido rapidamente apresentando uma linda cidade moderna no local em que tiveram suas tobas os Indios Manáos e Passés, e ficará persuadido de que no fim de seculo que breve vae começar ella será uma das grandes cidades da América do Sul [Idem].

O autor compara dois aspectos da capital amazonense em sua descrição, ou seja, o demográfico, com o incremento populacional de 14 mil pessoas em 30 anos, e a renda estadual, que saltou de 200 contos para 6 mil. Isso pode parecer pouco se comparados aos dias atuais, mas na última década do século XIX tratava-se, especialmente para os padrões demográficos amazônicos, de expressivo número. O aspecto que diz respeito às finanças do Amazonas, os números já refletiam as divisas da exportação de borracha.



Mas a última parte da citação é aquela que se destaca pelo tom do prognóstico. Na mesma época em que o autor produziu a descrição, Belém, por exemplo, já contava com uma população de 100 mil habitantes, sem dúvida uma das cidades mais importantes não somente da Amazônia, mas também do Brasil. Conforme o autor afirmou em sua época “Hoje o Pará⁶ é uma cidade com uma área igual à de Madrid, com cem mil habitantes”. Dessa forma, o prognóstico para a então Manaus, com seus 20 mil habitantes e que pouco rivalizava, pelas dimensões do espaço construído, população e economia, com Belém, de fato chegou ao fim do século XX e início do XXI sendo a maior cidade da Amazônia Brasileira, a sétima maior cidade brasileira e o sexto maior PIB do país, além de, entre as cidades da América do Sul ser a 13^a. colocada em população, quando considerada somente a cidade, sem a região metropolitana. Sem dúvida isto vem confirmar a afirmação do Barão de Marajó em 1895.

Essa dimensão de grandeza parece acompanhar um perfil expansionista que o Amazonas teve, do ponto de vista político, desde seu estabelecimento como província independente do Pará. Na questão do Acre, por exemplo, fica clara a intenção de anexação do então território boliviano ao Amazonas. Isto se explica pelo fato de que o Acre era então o grande e último bastião da borracha.

Do ponto de vista ideológico, parece que o discurso de inserção do Amazonas ao Brasil deve necessariamente passar por uma dimensão da modernidade, de se sentir inserido a partir de ações políticas que de alguma forma evoquem a grandeza do estado para além de sua já conhecida grandeza territorial. Foi assim no período gumífero, quando a cidade de palha foi substituída pela cidade de ares europeus. Foi assim também quando a capital amazonense passa a disputar com a congênera paraense os lucros auferidos com a exportação da borracha. E atualmente, parece seguir a mesma trajetória quando ao se tornar metrópole da Amazônia Ocidental, precisa também de uma região metropolitana.

As mudanças ocorridas em Manaus desde seu período de cidade de palha revelam seu processo de inserção tanto ao capital mundial quanto no contexto nacional, sendo que a tríade político, jurídico e ideológico se imbrica em todo o processo.

⁶ A menção ao termo Pará na citação se refere na verdade à capital do Estado do Pará, portanto, Belém.



E o fato interessante é que as mudanças que fizeram desaparecer a vila bucólica estão relacionadas a um processo mundial de industrialização dos pneumáticos e outros produtos ligados à borracha. A vila entrou num circuito global, ainda que de forma efêmera e secundária, mas suficiente para em poucos anos praticamente nada restar da espacialidade pretérita da Vila da Barra, contida na descrição de Freire. Essa inserção efêmera, contudo, foi o processo inicial de uma inserção regional de Manaus no contexto da Amazônia Ocidental. Se ela deixou de constituir um importante entreposto do escoamento da produção de borracha, não deixou, por outro lado, de se constituir no principal núcleo urbano na Amazônia de oeste.

O fato é que Manaus a partir dos anos 1890 passou por importantes transformações, tanto do ponto de vista econômico quanto da produção espacial, que passou a ostentar um modelo reduzido de Paris, tanto que chegou a ganhar a alcunha de *Paris dos Trópicos*, termo que, se trazia certo exagero ufanista na comparação com a capital francesa, não deixava de expressar na forma de suas construções e símbolos, a tentativa de trazer a Europa para a floresta. Tal era a capital da borracha na Amazônia Ocidental no final do século XIX, uma expressão das necessidades da reprodução do capital em nível mundial, que precisava da seiva existente na floresta, no caule da seringueira, para alavancar a indústria de pneumáticos e outros derivados, e de resto, uma cidade reestruturada para os moldes europeizados, não somente na produção de seu espaço urbano, mas também no imaginário das elites da borracha, visto que os mais pobres da cidade e aqueles que estavam na solidão dos seringais, não tinham maior usufruto da cidade reestruturada que fosse para além da simples contemplação.

As opulentas receitas estaduais oriundas das exportações tornaram possível as ações políticas de transformação do espaço urbano de Manaus, abrindo os caminhos que a levariam à condição de metrópole no futuro.

Politicamente, portanto, era necessário que as ações fossem realizadas a partir de uma dimensão que evocasse a grandeza e a *vocação* do Estado para a exportação do látex, como se de fato houvesse uma espécie de vocação natural para tal. E tais ações na dimensão política não poderiam prescindir dos discursos que lhes seriam legitimadores, onde se imbrica com a dimensão ideológica, que tem no discurso de modernidade e higienização os seus pilares principais.



Do ponto de vista ideológico a inserção na modernidade teria que passar pelo urbano, ou melhor, pela produção de uma cidade cujo urbano fosse, ou tentasse reproduzir os modelos europeus e que negasse o ser amazônico, o indígena, o caboclo, o feio e atrasado. O moderno teria que ser produzido sobre os escombros do atraso e nesse sentido tal busca traria consigo inevitavelmente questões que até então eram pouco constatadas na antiga cidade de palha, ou seja, a estratificação social, cuja expressão espacial seria aquela da segregação.

Foi, portanto, a inserção no capitalismo internacional, como função de captar a produção gumífera e exportá-la às praças internacionais, que possibilitou à Manaus a superação de seu *status* de cidade de palha. E essa transformação precisava de um discurso que sustentasse a pretensa *vocação* de grandeza evocada desde os tempos da emancipação da Província do Pará, ainda na primeira metade do século XIX.

No caso da produção da cidade que agora refletia uma espacialização baseada nos modelos europeus, a ideologia se baseava e era sustentada pelo discurso que legitimava as ações políticas de transformação deste espaço urbano, conforme já sustentado por Edineia Mascarenhas Dias. Esta autora aponta em suas análises sobre *Ilusão do Fausto* em Manaus, conforme já mencionado acima, os discursos baseados na modernidade, no higienismo, culminando com a produção de uma espacialidade cujo padrão agora exprimia a sociedade de classes, que se não era antes inexistente, agora era ampliada e expressa a partir da produção do espaço, na base de um processo de segregação.

Do ponto de vista da dimensão jurídica da época, que se imbricava com o político e o ideológico, as transformações ocorridas em Manaus resultavam no ordenamento das ações, onde os hábitos cotidianos agora tinham que se circunscrever às normas juridicamente estabelecidas no novo Código de Posturas Municipal e no Regulamento Sanitário. Nesse sentido:

Manaus começa a passar por um grande processo de reformas que exige a ordenação do espaço urbano, o disciplinamento de seu uso, o emprego de instrumentos de controle que regulem o modo de vida manauense, por meio de dispositivos legais como as proibições de jogos ou brinquedos que pudessem prejudicar o funcionamento das linhas telefônicas, telegráficas e de iluminação pública; partir lenha, cozinhar, estender roupa e ferrar animais nas ruas; chegar às janelas, ou andar em público indecentemente vestido, ou em completa nudez; conduzir



carroças ou carrocinhas de mão sem o registro do número da Secretaria de Polícia. Também fica proibido vender leite sem a devida matrícula; caçar nas proximidades da cidade e subúrbios; transitar com animais de qualquer tipo nos passeios das ruas; cercar os quintais com cerca de madeira (...) Tais decisões sepultam hábitos e saberes locais e imposições de novos. Manaus se torna uma cidade ordenada e expropriada de seus antigos costumes, memórias e tradições [DIAS, 2007, p. 43].

Dias ao analisar o impacto das mudanças legais que ocorreram na agora cidade da borracha, mostra o quando a dimensão jurídica, neste caso por meio do Código de Posturas, é capaz de alterar o cotidiano dos cidadãos. Hábitos estabelecidos historicamente e que foram instituídos com a própria criação da antiga Vila da Barra do Rio Negro, eram agora abruptamente suprimidos para comportar os novos paradigmas de uma cidade que despontava para a *civilização* do belo, do modelo parisiense de inspiração Haussmaniana, do novo que suprime o antigo, o feio, o de palha, o do lugar.

Dessa forma, as leis que estabeleciam as posturas promoviam forçosamente as mudanças na esfera individual, como o vestir, o exercer determinadas atividades, especialmente aquelas subalternas, o alimentar-se, o construir, que deveria agora obedecer a padrões preestabelecidos, enfim, mudanças que vinham do externo, da produção de uma nova cidade, para o indivíduo em seu comportamento e hábitos, forjando, ou pelo menos tentando forjar, um *modus vivendi* que se enquadrasse nesse novo que nascia da opulência gumífera. E isso necessitava de garantias para acontecer de fato, pois:

O Código de Posturas Municipal e o regulamento Sanitário funcionam como instrumentos de sustentação na construção do espaço salubre, higiênico e sadio. A polícia era a grande auxiliar da Municipalidade, no combate aos infratores, principalmente do Código de Posturas Municipal, executando as multas que representavam elevadas somas na receita do município. [Idem].

O estabelecimento de uma dimensão jurídica para Manaus em seu início como a mais importante cidade da Amazônia Ocidental, na verdade representou uma ruptura com os hábitos tradicionais, aqueles criados no século XVIII com a política pombalina de miscigenação, que se estabeleceram na Vila da Barra, na cidade de palha, e não mais poderiam permanecer numa cidade que se pretendia moderna e inserida numa dimensão mundial pela sua importância estratégica como entreposto da borracha. Como hábitos não se mudam com Leis, pelo menos não tão rapidamente, era necessária a ação do poder coercitivo, no caso, a polícia, para garantir que os novos hábitos, juridicamente



estabelecidos no Código de Posturas, fossem cumpridos. O caboclo tinha agora que ter comportamento *civilizado*, pois a cidade que o segregava era a mesma que dele exigia uma postura exemplar... para inglês ver.

Na periodização que estabelecemos para fins de compreensão do como Manaus se consolida como metrópole da Amazônia Ocidental, desde a cidade de palha até a metrópole atual, é imprescindível que, além do contexto do período de exportação da borracha, se entenda também o período subsequente, ou seja, aquele em que o Estado Brasileiro, cujo paradigma político era de autoritarismo e ao mesmo tempo de desenvolvimentismo, vai inserir a região na pauta de ações políticas na questão da integração nacional, da qual a região amazônica vai constituir grande bandeira. Na Amazônia Ocidental, a criação da Zona Franca de Manaus, produto desta política, vai se constituir no principal fator que irá contribuir para a consolidação da capital amazonense como uma metrópole.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um significativo momento de reestruturação do espaço urbano de Manaus ocorreu com a implantação da Zona Franca, também vinculada à indústria, mas que se diferenciou do primeiro, ou seja, daquele da exportação do látex, por se tratar de um modelo incentivado por políticas estatais de desenvolvimento cujo principal indutor das transformações ocorridas em nível de Brasil era o paradigma do desenvolvimentismo, especialmente para regiões consideradas menos dinâmicas como a Amazônia.

A indústria não mais se vinculava à borracha, mas a filiais de multinacionais que encontravam no território brasileiro amplas possibilidades de expansão via mão-de-obra barata e mercado consumidor. Como o contexto político do Brasil na época era o de desenvolvimentismo de um Estado forte e repressor, a implantação de um modelo incentivado na Amazônia Ocidental, notadamente em Manaus, não ocorreu com maiores problemas. Não se pode negar que antes do paradigma desenvolvimentista dos militares a inserção dessa parte da Amazônia no contexto brasileiro existia somente no discurso e nos mapas, sem ações que demandassem de fato alguma mudança. Como resultado dos incentivos, o que se teve foi uma cidade agora produzida para acomodar a indústria



importada, com a criação da infraestrutura que mais tarde viria a constituir o vetor de um processo de expansão acelerada do espaço urbano da capital amazonense.

Nesse contexto, a concentração da indústria em Manaus veio a se constituir em vetor da produção do espaço daquela que é atualmente, ao lado de Belém, a principal cidade da Região Norte do Brasil, realidade bem diferente da vila coberta de palha, ou da contemplada pelos Agassiz no século XIX, ou ainda daquela que um dia já expressou a vontade de trazer a Europa para a floresta. O importante é entender, contudo, que o contexto destas realidades, ainda que bastante diferentes entre si, traz um aspecto em comum: a necessidade de reprodução do capital e a industrialização, primeiramente num contexto impulsionado pelos processos vinculados à demanda por borracha para a indústria mundial e depois numa realidade específica da política nacional, de incentivos à ocupação e desenvolvimento da região-problema, não desvinculada também do mundial, pois expressava a necessidade maior da reestruturação industrial em nível mundial, que transferia suas indústrias para países periféricos como o Brasil.

Dessa forma, a capital do Amazonas vai passar por transformações em seu espaço urbano, incorporando elementos europeus, que vão lhe conferir uma posição de protagonismo na Amazônia Ocidental, num primeiro momento com a exportação da borracha, e num segundo momento com a implantação do modelo incentivado da Zona Franca, culminando finalmente com a Manaus metropolitana dos dias atuais. A antiga Vila da Barra do Rio Negro vai se constituir num núcleo urbano cuja expressão do processo de industrialização vai ser bastante marcante.

Ao se chegar de avião, percebe-se uma grande clareira urbanizada que contrasta significativamente com o verde predominante do entorno, que por sua vez, se estende até onde o horizonte e encontra o céu, algo que dimensiona o infinito. Se a chegada é por barco, ao longe se percebe o contraste entre o cinza dos prédios e o verde da mata, sendo que se for à noite, as luzes que anunciam a cidade logo deixam claro que o urbano emerge da imensa floresta.

Tal é Manaus. Uma cidade que se tornou em números a mais rica e maior da Amazônia Ocidental e de toda a Amazônia Brasileira, em nada se assemelhando à pequena vila bucólica já descrita, com expressiva população de mestiços e indígenas, que tentava reproduzir um pouco do cotidiano da *civilização*.



Mas essa realidade da metrópole da Amazônia Ocidental foi estruturada, como já apontado acima, ainda na última década do século XIX, quando as transformações em seu espaço se constituíram na expressão das necessidades de expansão do capitalismo internacional que necessitava da borracha amazônica para a ascendente indústria de pneumáticos e outros produtos que dependiam da seiva, onde também se imbricavam, para produzir novas espacialidades, as dimensões política, jurídica e ideológica.

No caso da porção ocidental da região, Manaus concentrou o capital e, como resultado, o comando das ações que demandavam a organização e distribuição da borracha que vinha dos distantes seringais, localizados nos altos cursos de rios como Purus e Juruá e Madeira. E essa realidade do capital acumulado com a farta exportação da borracha deu à principal cidade do Amazonas uma expressão que contrastava com o seu entorno e fugia de suas origens, via ações políticas nas reformas, ações jurídicas nos Códigos de Posturas e no ideológico com o discurso de modernidade e higienismo.

Mas o contexto de Manaus, mesmo com a borracha sendo o segundo produto de exportação do Brasil, atrás apenas do café, foi diferente da capital paulista no sentido de que na Amazônia não ocorreu um processo de acumulação de capital que fosse capaz de estabelecer, como no caso do café, uma força de trabalho livre, de forma que ao se estabelecer o mercado de trabalho produzisse o assalariamento, bem como um mercado consumidor que gerasse acumulação e fixação no território. Pelo sistema de aviamento⁷ que se estabeleceu na Amazônia, não havia circulação de moeda, salvo o que se concentrava nas mãos dos seringalistas. Quanto ao mercado consumidor, o aviamento controlava o que seria consumido, numa relação que impedia a circulação e o consumo de forma livre, o que poderia proporcionar a formação do consumo, que por sua vez demandaria a circulação de moeda e um mercado consumidor, ou seja, uma economia

⁷ Esse sistema era estabelecido de uma forma em que as casas aviadoras, estabelecidas em Manaus e Belém, financiavam e forneciam mercadorias aos seringalistas. Estes por sua vez repassavam essas mercadorias (ferramentas, vestimentas, calçados e alimentos, dentre outros) aos seringueiros, que não podiam plantar ou ter outra atividade que não a extração do látex. Como tudo era repassado sem controle por parte do seringueiro, os “patrões” seringalistas os colocavam sempre em dívida no final do mês, mantendo-os devedores e sem dinheiro, numa espécie de semi-escravidão pois só poderiam deixar o seringal se pagassem o que deviam ao seringalista. Assim, o dinheiro para eles era fictício, sendo subtraído pelas cadernetas do patrão, que superfaturavam as mercadorias e os colocava na servidão. Dessa forma o período gumífero, com o sistema de aviamento, não permitiu a formação do assalariamento, da ampla circulação de moeda e de mercado consumidor.



menos monetarizada que estabelecia um aprisionamento da mão-de-obra, com menor circulação de dinheiro.

Dessa forma o processo de acumulação de capital ocorreu na Amazônia Ocidental, mas de forma concentrada e centralizada na capital amazonense e mesmo assim sem bases sólidas que permitisse à região sobreviver à crise da exportação gumífera, sem as possibilidades, portanto, de ter a dimensão que se desenvolveu em São Paulo com o café.

O capital em Manaus foi acumulado pelas casas aviadoras, que na fase áurea pertenciam ao capital estrangeiro, notadamente inglês, que inclusive, de acordo com Souza [1990, p. 102] “[...] instalou uma agência do *London Bank of South America* antes de qualquer outra casa bancária brasileira chegar a Manaus”. Tal presença inglesa em Manaus objetivava mais promover o sistema de aviamento, que constituía basicamente um processo de dependência do seringalista em relação às casas aviadoras e também dos seringueiros, que eram base da produção da borracha, frente ao seringalista.

As relações de produção na Amazônia no período gumífero eram estabelecidas na base de uma dependência hierárquica, onde a base era o seringueiro, vindo do nordeste brasileiro, que em sua solidão na floresta alimentava o sonho de um dia poder voltar à sua terra. Ele não vivenciava a opulência das transformações que ocorriam em Manaus ou Belém e tampouco, ainda que de longe, podia contemplar a modernidade que o político tornava realidade, o jurídico legitimava e o ideológico firmava com os discursos do belo, do ordeiro e do higiênico. Esse seringueiro, longe do urbano, paradoxalmente era aquele que alimentava esse urbano e à distância da modernidade, era aquele sujeito que a tornava possível por meio de seu trabalho e sacrifício, vivendo e produzindo em condições extremamente precárias.

Entre a crise de exportação da borracha, (que sustentamos não ser geral, muito embora todos de alguma forma tenham sido atingidos por ela) e o contexto da instalação da indústria incentivada por uma decisão do Estado Brasileiro, houve um período que se não foi de estagnação absoluta, pelo menos foi de uma dinâmica bastante reduzida, do ponto de vista econômico e da produção do espaço urbano na capital amazonense.

Entre as décadas de 1920 e 1960 o Amazonas de longe não teve a expressividade que tivera na primeira década do século XX. Isso revela duas situações do ponto de vista



da acumulação do capital no território brasileiro, pois se Manaus sofria os reflexos da crise de acumulação por não possuir bases que lhe trouxessem vantagens comparativas, especialmente no que concerne à indústria, São Paulo, se firmava como principal centro econômico e industrial do país, em decorrência da acumulação do café, o que não ocorreu com a borracha amazônica.

A partir de 1967 o espaço urbano de Manaus passa novamente por uma produção vinculada ao processo maior de reestruturação produtiva, que se dava tanto em escala nacional quanto internacional. No contexto nacional vivia-se a fase de capitais fartos com a aquisição de empréstimos que geraram a infraestrutura nacional de integração espacial da região amazônica ao Brasil, até então só existente de fato no mapa. Na Amazônia, estradas foram abertas, a extração mineral ganha importância por meio de complexos industriais vinculados a essa atividade e na porção ocidental, o incentivo à implantação da indústria por meio de incentivos fiscais, pois a região não possuía as vantagens no que concerne a mercado consumidor, mão-de-obra e infraestrutura que pudessem competir com o Sudeste. A partir desse momento histórico Manaus também passa por um processo bastante expressivo de mudanças na produção de seu espaço.

A indústria que se estabeleceu na capital amazonense a partir do final dos anos 1960, como já mencionado, era de um modelo incentivado, com cerca de 50% de isenção média de ICMS, o que tornava atrativa a vinda de empresas para esta cidade que outrora viveu o ápice da exportação gumífera. Essa realidade torna possível o entendimento de que as empresas sempre buscam vantagens para seus negócios, numa constante busca pela acumulação, que é inerente ao próprio capitalismo. Dessa forma, segundo Lencioni [2006, p. 66]:

[...] é como meio e não como lugar que o espaço garante a posição das coisas, ou seja, a localização delas. De modo mais objetivo, é como meio que o espaço garante a fluidez, o movimento do capital e a localização das empresas nos territórios. Essas empresas, ao acompanharem o ritmo frenético da velocidade dos fluxos, como errantes, vivem num nomadismo incessante buscando maiores condições e vantagens para seus negócios. Assim, acabam comprovando que o espaço não é simplesmente um lugar onde se instalam empresas, mas um meio no qual a localização das empresas se torna possível.



Em Manaus, mesmo que as condições territoriais não fossem atrativas por não haver uma infraestrutura adequada ao estabelecimento de empresas, muitas se instalaram, confirmando a realidade daquilo que Lencioni aponta, pois na busca de vantagens, mesmo numa região onde a produção histórica do atraso não permitiu a competição com outras regiões mais dinâmicas do Brasil, durante as últimas cinco décadas ocorreu a expressiva concentração industrial na capital do Amazonas. Essa concentração, contudo, não ocorreu sem maiores problemas no que se refere à produção do espaço urbano.

Durante a década de 1960, a população era de cerca de 200 mil habitantes. No censo de 1970 a contagem populacional já mostra um total de 283.673, sendo que no de 1980 houve um salto para 611.843 habitantes. Nos censos de 1991 e 2000 a contagem populacional mostra uma população de 1.006.585 e 1.396.768 habitantes, respectivamente, de acordo com dados do IBGE. Cabe ressaltar que os números se referem somente à população urbana do município de Manaus, muito embora se deva enfatizar que a população rural seja pouco expressiva, pois mais de 99% da população total está concentrada na área urbana. As estimativas de atualização censitária do Censo de 2010 do IBGE, revelam uma população total da capital amazonense de 2.255.000 habitantes o que corresponde a 53% da população de todo o Estado do Amazonas, o maior estado brasileiro, em termos de dimensões territoriais.

Todo esse processo de concentração e centralização na capital amazonense, além de lhe ter conferido o *status* de metrópole também ajudou a produzir um discurso, pela classe política e pelas elites, de grandeza e de necessidade de maior inserção no contexto amazônico e brasileiro. Foi essa necessidade que resultou nas articulações que instituíram a Região Metropolitana de Manaus. Ocorreram nesta cidade surtos muito abruptos, muitas rupturas, que transformaram significativamente seu espaço e trouxeram os inevitáveis impactos na expressão espacial como resultado. E foram justamente essas rupturas e impactos que concentraram e centralizaram na capital as funções de comando do estado, bem como o protagonismo político, o que estabeleceu o discurso de que todo o Amazonas e de resto a Amazônia Ocidental refletissem os problemas de Manaus, como se esta metrópole fosse o Amazonas e uma parte significativa da própria Amazônia Brasileira.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que ostenta, por meio dos discursos, ser a cidade mais rica da Amazônia, suplantando até Belém, e uma das mais ricas do Brasil, fato comprovado pelos dados do IBGE, Manaus, durante o processo de reestruturação de seu espaço apresentou as contradições inerentes ao processo de acumulação de capital, ou seja, uma cidade produzida para classes diferenciadas. Desde o período da exportação gumífera, o espaço da capital amazonense vem sendo a expressão de múltiplos interesses ligados ao capital. Com a implantação da indústria da Zona Franca, o crescimento populacional foi exponencial e a contradição entre a indústria que se instalava, e que também foi uma ilusão de busca para os milhares de interioranos que vinham para a capital atrás do sonho de uma vida melhor, e a realidade da falta de qualificação e emprego para todos, ganhou expressão espacial numa cidade produzida, em sua maior parte, na base do imprevisto e despreparo do poder público no que concerne às políticas públicas urbanas.

Assim, a produção do espaço em Manaus está fortemente vinculada à reestruturação produtiva que se dava tanto em nível nacional, com as políticas desenvolvimentistas que abriam as portas do país para a entrada do capital internacional e ao mesmo tempo tentavam resolver os problemas relacionados ao desenvolvimento de uma região-problema como a Amazônia, quanto ao contexto internacional de transferência de empresas para países periféricos como o Brasil, onde o processo de acumulação era promissor. O espaço urbano, dessa forma, é um produto das contradições que se dão não somente ao nível do local, mas do global. E a capital da Amazônia Ocidental, não fugiu a essa contradição.

Em suma, a singularidade da metrópole Manaus se estabelece sobre sua própria produção socioespacial. Uma singularidade da cidade que surgiu de um forte, se tornou uma cidade de palha, substituindo-a ela mesma por outra cidade, cujo paradigma era a modernidade que só o modelo europeu podia expressar, quando finalmente percebeu que seu fausto não era perene e que novamente a substituiu pela metrópole da Amazônia Ocidental, metrópole essa que não satisfeita por sua condição, tinha que ter também uma região metropolitana. E tudo isto, embasado na tríade



formadora da produção socioespacial: as dimensões política, jurídica e ideológica, imbricadas para produzir e reproduzir o espaço geográfico, em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, reconfigurando, excluindo e se firmando como protagonista na Amazônia de oeste, a metrópole mais ocidental do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elisabeth. **Viagem ao Brasil – 1865-1866**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

CORREA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, RJ, v. 49, n. 3, p. 39-68, jul. 1987.

DIAS, Ednéa Mascarenhas. A ilusão do fausto. Manaus: Valer, 1999.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Revista Espaço & Crítica**: arquitetura e urbanismo fev/mar 1987. Manaus: Editora Calderaro.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados dos censos populacionais de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

LENCIONI, Sandra. Uma Nova Determinação do Urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A. e LEMOS, A. I. G. (orgs.) **Dilemas Urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. de. **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In FERREIRA, A. RUA, J. MARAFON, G. SILVA, A. C. P. da (orgs.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

LIMA, Marcos Castro de. Amazônia Ocidental e Geografia: Região Metropolitana de Manaus e BR 319 – Território e Meio Ambiente. In: Revista Geonorte. Vol.01, n.01, ano 01, p. 47-70, 2011.

LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem**: a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia Ocidental. Tese (Doutorado) - FFLCH/ USP-São Paulo, 2014.

MARAJÓ, José Coelho da Gama Abreu, Barão de. **As Regiões Amazônicas: Estudos Chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas**. 2. ed. Belém: SECULT, 1992.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUSA, Isaque dos Santos. **A Ponte Rio Negro e a reestruturação do espaço na região metropolitana de Manaus**: um olhar a partir de Iranduba e Manacapuru. Manaus: UEA Edições, 2015.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.